

# Diário Eletrônico do Ministério Público RS

## Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 15 de março de 2012.

Edição nº 892

### Nesta edição:

#### PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos .....	2
Boletins.....	2

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal .....	2
Súmulas de contratos.....	3
Avisos de licitações.....	3
Editais.....	3

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
Súmulas de convênios.....	7



## PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

### PROVIMENTO N.º 15/2012 - REPUBLICAÇÃO

Altera o Provimento n.º 22/99, que dispõe sobre o Regimento Interno dos Serviços de Apoio Administrativo vinculados à Direção-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, estabelecendo coordenação do fluxo de solicitações encaminhadas à Divisão de Assessoramento Técnico – DAT.

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA**, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** a necessidade de racionalização das demandas encaminhadas à Divisão de Assessoramento Técnico;

**CONSIDERANDO** Proposta do Conselho Superior do Ministério Público no sentido de que houvesse uma coordenação do fluxo das solicitações encaminhadas à Divisão de Assessoramento Técnico;

**CONSIDERANDO** a necessidade permanente de priorização de ações desenvolvidas através de inquéritos civis, ações civis públicas, termos de ajustamento de conduta, peças de informação e outros expedientes, de modo a não inviabilizar o trabalho desenvolvido pela Divisão de Assessoramento Técnico,

**RESOLVE** editar o seguinte Provimento:

Art. 1.º É acrescentado o art. 16 ao Anexo I do Provimento n.º 22/99, com a seguinte redação:

“Art. 16 Compete ao Promotor(a)/Procurador(a) de Justiça designado(a) pelo Procurador-Geral de Justiça exercer a coordenação do fluxo de solicitações encaminhadas à Divisão de Assessoramento Técnico.

Parágrafo único. Em caso de indeferimento da demanda dirigida à Divisão de Assessoramento Técnico, as razões do indeferimento serão comunicadas ao demandante e ao Conselho Superior do Ministério Público.”

Art. 2.º Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 12 de março de 2012.

**EDUARDO DE LIMA VEIGA**,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

### BOLETIM N.º 096/2012

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

**APOSENTAR**

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Cons-

tituição Estadual, a pedido, o Dr. ANTÔNIO LUIZ OTILIA, Promotor de Justiça de entrância final, ID n.º 3425681, do Quadro de Membros do Ministério Público, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005, observado o art. 7º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, artigo 8º, § 3º, da Emenda Constitucional n.º 20/1998, e artigos 40º, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, incluindo 40% (quarenta por cento) da Função Gratificada incorporada de Secretário de Desembargador do Tribunal de Justiça/RS, acrescida da gratificação de representação no percentual de 5% (cinco por cento), conforme artigo 102 da Lei Complementar n.º 10.098/1994, e em conformidade com a Lei n.º 8.625/1993, e Leis Estaduais n.ºs 6.536/1973, 7.669/1982 e 12.911/2008 (PR.00576.00138/2012-5 - Port. 0477/2012).

**DESIGNAR**

- o Dr. GILBERTO ANTÔNIO MONTANARI, Procurador de Justiça, ID n.º 3424642, para atuar, no período de 15 de março de 2012 a 30 de abril de 2012, na Junta Comercial de Porto Alegre, com ônus para o Estado e sem prejuízo das funções normais (Port. 0479/2012).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 15 de março de 2012.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

## SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

### BOLETIM N.º 097/2012

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

**RETIFICAR**

- a Portaria n.º 0431/2012, para constar que a cedência ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a contar de 08 de março de 2012, do servidor CESAR DA CUNHA KREBS, Assistente de Procuradoria de Justiça, ID n.º 3445968, será com ônus para a origem, mediante ressarcimento, e não como constou (Port. 0474/2012).

**COMUNICAR**

- para os devidos fins, o falecimento do servidor FÁBIO RICARDO MACHADO, ID n.º 3446816, ocorrido em 07/03/2012.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 15 de março de 2012.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,

Diretor-Geral.



**SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
PROCESSO N.º 338-09.00/12-7**

**CONTRATADA:** ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL - APESC; **OBJETO:** prestação de serviços visando à realização dos seguintes cursos de extensão: Comunicação interna, Direção e Liderança, Gestão de Pessoas, Elaboração de Projetos, Inteligência Emocional e Motivação de Equipes; **VALOR TOTAL:** 21.400,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3935; **VIGÊNCIA:** 12 meses; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 13 de março de 2012.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE ADITAMENTO DE TERMO DE ACORDO  
PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR  
PROCESSO N.º 889-09.00/10-3**

**PARTES:** Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor Alencar Heidrich, matrícula n.º 12804622; **OBJETO:** substituição de veículo, de propriedade do servidor, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Direção-Geral para as quais for designado, para o de marca GM, modelo Meriva Joy, ano de fabricação 2009, ano modelo 2010, placas IPU 2082, em conformidade com o Provimento n.º 12/2001; **DATA DE ASSINATURA:** 14 de Março de 2012.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de Março de 2012.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**Aviso de Abertura de Pregão Eletrônico**

**Pregão Eletrônico n.º 12/2012** (Processo n.º 000485-09.00/12-6) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** registro de preços de blocos de iluminação de emergência, válido por 12 meses, conforme Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 28/03/2012, às 10h. **Data e horário de início da disputa de preços:** 29/03/2012, às 14h.

**Local:** [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br). Editais disponíveis na página: [http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao\\_eletronico](http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico). **Informações gerais:** e-mail, [cplic@mp.rs.gov.br](mailto:cplic@mp.rs.gov.br). **Base legal:** Lei estadual n.º 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 14 de março de 2012.

**LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL**,  
Pregoeiro.

**EDITAL N.º 60/2012  
REMOÇÃO DE ASSESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS  
JURÍDICAS E SOCIAIS**

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 15 de março de 2012.

**DANIEL SPERB RUBIN**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

**BOLETIM N.º 01/2012 – CAO-DH**

**O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

**1) Inquérito Cível Público n.º 00723.00039/2011** – instaurado pelos Promotores de Justiça Alécio Silveira Nogueira e Gilson Borguedulff Medeiros, da **Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves**, em 13 de outubro de 2011, com a finalidade de articular e acompanhar as providências necessárias para a efetiva implantação e funcionamento da Delegacia para a Mulher no município, criada pelo Decreto Estadual 46.976/10.

**2) Peças de Informação n.º 00726.00026/2011** – instauradas pelo Promotor de Justiça João Ricardo Santos Tavares, da **Promotoria de Justiça de Caçapava**, em 31 de agosto de 2011, com a finalidade de apurar possível descumprimento das empresas do município, no que tange à obrigação de contratar pessoas com deficiência em percentual relacionado ao número de funcionários (Lei 7.853/1989).

**3) Inquérito Cível Público n.º 00726.00001/2011** – instaurado pela Promotora de Justiça Cíntia Foster de Almeida, da **Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul**, em 10 de outubro de 2011, com a finalidade de investigar o não envio do município à Câmara Municipal de Projeto de Lei para garantir fundos para pagamento das bolsas de 26 alunos da Universidade da



Região da Campanha, impedindo a realização de matrícula no primeiro semestre letivo de 2011.

**4) Inquérito Civil Público nº 00726.00025/2009** – instaurado pela Promotora de Justiça Cíntia Foster de Almeida, da **Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul**, em 20 de outubro de 2011, com a finalidade de averiguar eventuais cobranças de valores de pacientes internados pelo SUS, pelo Hospital Dr. Victor Lang.

**5) Inquérito Civil Público nº 00728.00032/2011** – instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da **Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul**, em 12 de setembro de 2011, com a finalidade de apurar omissão do município, com risco à população, por funcionamento em condições inadequadas ao atendimento ao público pelo plantão SUS.

**6) Inquérito Civil Público nº 00732.00067/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da **Promotoria de Justiça de Camaquã**, em 21 de outubro de 2011, com a finalidade de apurar possível irregularidade no atendimento realizado pelo Hospital Nossa Senhora Aparecida, pela cobrança em atendimento realizado pelo médico Ricardo Warlet.

**7) Inquérito Civil Público nº 00748.00233/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da **Promotoria de Justiça de Caxias do Sul**, em 26 de outubro de 2011, com a finalidade de investigar a possível demora na realização de exame de eletrocardiograma, pela Secretaria Municipal da Saúde.

**8) Inquérito Civil Público nº 00748.00234/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da **Promotoria de Justiça de Caxias do Sul**, em 26 de outubro de 2011, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no cadastro da Fundação de Assistência Social –FAZ do Albergue, nas dependências da Igreja da Glória – Celeiro de Cristo.

**9) Inquérito Civil Público nº 00748.00137/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da **Promotoria de Justiça de Caxias do Sul**, em 24 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a fiscalização permanente de Instituição de Longa Permanência para Idosos, no Instituto Geriátrico Nova Vida Ltda.

**10) Inquérito Civil Público nº 00759.00018/2011** - instaurado pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faleiro, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, em 27 de outubro de 2011, com a finalidade de investigar as condições de acessibilidade a pessoas portadoras de necessidades especiais nas agências bancárias, Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, Santander, Itaú e Sicredi, no município.

**11) Inquérito Civil Público nº 01232.00002/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul, em 16 de novembro de 2011, com a finalidade de apurar as deficiências no transporte de pacientes portadores de necessidades especiais para consultas e tratamentos médicos em Porto Alegre.

**12) Inquérito Civil Público nº 00761.00004/2011** – instaurado

pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da **Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul**, em 01 de novembro de 2011, com a finalidade de apurar possível cobrança ilegal de passagem no deslocamento de paciente para Cachoeira do Sul a fim de realizar tratamento de saúde custeado pelo SUS.

**13) Inquérito Civil Público nº 00761.00005/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da **Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul**, em 01 de novembro de 2011, com a finalidade de investigar possível ofensa aos princípios da administração pública, por professor de não estar exercendo sua função em sala de aula, por determinação da Direção do educandário municipal Jurema Carvalho de Oliveira.

**14) Inquérito Civil Público nº 00761.00010/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da **Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul**, em 22 de junho de 2011, com a finalidade de apurar diversas irregularidades ocorridas no município de Amaral Ferrador, na área da Saúde, embasadas nas Declarações de Roni Rodrigues, Silvana Louzada Lacerda Reis e Giovane Correa Vargas.

**15) Inquérito Civil Público nº 00761.00028/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da **Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul**, em 20 de junho de 2011, com a finalidade de investigar a possível cobrança de procedimentos realizados pelo SUS por parte da Policlínica de Ilmar Alves Machado.

**16) Inquérito Civil Público nº 00768.00061/2009** – instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso Mc Donald, da **Promotoria de Justiça de Esteio**, em 15 de junho de 2009, com a finalidade de investigar a falta de acessibilidade universal no prédio do Tabelionato de Notas e Registro Civil.

**17) Inquérito Civil Público nº 00768.00022/2010** - instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso Mac Donald, da **Promotoria de Justiça de Esteio**, em 12 de abril de 2010, com a finalidade de investigar as condições da fiscalização do trânsito em Esteio, em especial a situação das viaturas e dos etilômetros da Guarda Municipal.

**18) Inquérito Civil Público nº 00784.00002/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da **Promotoria de Justiça de Gravataí**, em 08 de julho de 2011, com a finalidade de investigar a ausência de alvará sanitário e inadequação às exigências legais – na ILPI Lar Nossa Vitória, de responsabilidade de Rita de Cássia Ferreira Soares.

**19) Inquérito Civil Público nº 00784.00005/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da **Promotoria de Justiça de Gravataí**, em 08 de julho de 2011, com a finalidade de investigar a ausência de alvará sanitário e inadequação às exigências legais – na ILPI Lar Nossa Vitória, de responsabilidade de Rita de Cássia Ferreira Soares.

**20) Inquérito Civil Público nº 00748.00007/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da **Promotoria de Justiça de Gravataí**, em 20 de outubro de 2011, com a finalidade de investigar a existência de comunidade



terapêutica sem licença para funcionamento.

**21) Inquérito Civil Público nº 00815.00043/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da **Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo**, em 10 de novembro de 2011, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI Lar do Idoso Santa Clara.

**22) Inquérito Civil Público nº 01211.00011/2011** instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da **Promotoria de Justiça de Osório**, em 17 de novembro de 2011, com a finalidade de investigar a acessibilidade para portadores de deficiência física junto à Estação Rodoviária de Osório.

**23) Portaria nº89/11** emitida pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, da **Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões**, em 22 de agosto de 2011, com a finalidade de apurar a aferição quanto à forma de provimento de cargos e a estratégia de agentes comunitários de saúde e estratégia de saúde da família no município.

**24) Portaria nº 01/06-A** emitida pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da **Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre**, em 31 de outubro de 2011, com a finalidade de investigar acerca da existência de estabelecimentos penais, sob a jurisdição da Vara de Execuções Criminais, com estrutura necessária ao atendimento da população carcerária em situação de pré-natal, puerpério e lactância.

**25) Peças de Informação nº 01128.00195/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 29 de novembro de 2011, com a finalidade de investigar a ausência de acessibilidade em bancos e operadoras de cartões de crédito pela Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN.

**26) Inquérito Civil Público nº 01128.00176/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 01 de novembro de 2011, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no Hospital Petrópolis.

**27) Peças de Informação nº 01128.00182/2011** instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 10 de novembro de 2011, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na gestão dos recursos financeiros disponíveis do orçamento da saúde na capital.

**28) Peças de Informação nº 01128.00183/2011** instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 10 de novembro de 2011, com a finalidade de investigar a execução das políticas de regulação e regionalização da saúde no Estado.

**29) Peças de Informação nº 01128.00184/2011** instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto**

**Alegre**, em 10 de novembro de 2011, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades consistentes na negativa de oferta de analgesia em partos realizados pelo SUS.

**30) Peças de Informação nº 01128.00185/2011** instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 10 de novembro de 2011, com a finalidade de investigar as precárias condições físicas em que se encontra o Hospital Independência.

**31) Peças de Informação nº 01128.00192/2011** instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 28 de novembro de 2011, com a finalidade de investigar a não aprovação do relatório de gestão da Secretaria Estadual da Saúde, referente ao exercício de 2010.

**32) Inquérito Civil Público nº 01128.00193/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 29 de novembro de 2011, com a finalidade de averiguar a disponibilização de local para instalação da ONG Centro de Apoio ao Portador de Anemia Falciforme.

**33) Peças de Informação nº 01128.00137/2011** instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 1º de setembro de 2011, com a finalidade de investigar possível prejuízo à saúde pública em decorrência da paralisação de profissionais da área da saúde na capital.

**34) Inquérito Civil Público nº 01128.00149/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 16 de setembro de 2011, com a finalidade de averiguar o atendimento prestado pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição.

**35) Peças de Informação nº 01128.00191/2011** instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 23 de novembro de 2011, com a finalidade de investigar supostas irregularidades no Hospital Espirita de Porto Alegre.

**36) Inquérito Civil Público nº 01128.00163/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 18 de outubro de 2011, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na administração do Hospital Beneficência Portuguesa de Porto Alegre na gestão de Eraldo Santos Martins.

**37) Inquérito Civil Público nº 01128.00036/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 26 de agosto de 2011, com a finalidade de averiguar irregularidades levantadas em vistoria realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS no hospital.

**38) Peças de Informação nº 01128.00135/2011** instauradas



pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 30 de agosto de 2011, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no fechamento da emergência do Hospital Parque Belém.

**39) Peças de Informação nº 01128.00173/2011** instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 26 de outubro de 2011, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades no agendamento de exames pelo Instituto de Cardiologia aos usuários do SUS.

**40) Inquérito Civil Público nº 01128.00178/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 08 de novembro de 2011, com a finalidade de investigar irregularidades no atendimento prestado aos idosos pela Instituição de Longa Permanência para Idosos, estabelecida na Estrada Costa Gama, nº 5180, Belém Velho.

**41) Inquérito Civil Público nº 01128.00004/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 10 de janeiro de 2010, com a finalidade de averiguar eventual descumprimento do atendimento preferencial aos idosos na Farmácia do Posto de Saúde Santa Marta.

**42) Inquérito Civil Público nº 01128.00077/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 11 de julho de 2011, com a finalidade de averiguar irregularidades no funcionamento do Residencial Convivência.

**43) Inquérito Civil Público nº 01128.00128/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 23 de agosto de 2011, com a finalidade de averiguar cumprimento da legislação pertinente à restrição do tabaco, pela Prefeitura Municipal.

**44) Inquérito Civil Público nº 01128.00131/2011** instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 24 de agosto de 2011, com a finalidade de averiguar a prestação do serviço de reprodução assistida pelo Ministério da Saúde no âmbito do SUS.

**45) Inquérito Civil Público nº 01128.00077/2011** instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 29 de setembro de 2011, com a finalidade de averiguar a regularidade do fornecimento do medicamento Levodopa – Cloridrato de Benzerazida HBS 100/25 MG no município.

**46) Inquérito Civil Público nº 01128.00161/2011** instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 03 de outubro de 2011, com a finalidade de averiguar supostas irregularidades no armazenamento de

bens patrimoniais/materiais da Secretaria Municipal de Saúde.

**47) Peças de Informação nº 01128.00151/2011** instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 22 de setembro de 2011, com a finalidade de investigar o cumprimento das recomendações expedidas na Auditoria Operacional do Tribunal de Contas do RS, no Executivo Municipal de Porto Alegre, relativas às Ações Governamentais na Área da Estratégia da Saúde da Família, exercícios 2008 e 2009.

**48) Inquérito Civil nº 01128.00053/2011** instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 12 de setembro de 2011, com a finalidade de investigar eventuais falhas na dispensação de medicamentos nas farmácias do Estado.

**49) Peças de Informação nº 01128.00127/2011** instauradas pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 19 de agosto de 2011, com a finalidade de averiguar a possível falta no serviço de remoção pela SAMU ou outra instituição pública a pacientes em surtos psiquiátricos.

**50) Peças de Informação nº 01128.00165/2011** instauradas pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 20 de outubro de 2011, com a finalidade de investigar os motivos que demandaram a falta do medicamento Seleginina, por parte do Estado.

**51) Peças de Informação nº 01128.00158/2011**, instauradas pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, das **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 29 de setembro de 2011, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades na disponibilização do exame de Eco Dopler, no município.

**52) Peças de Informação nº 01128.00129/2011**, instauradas pela Promotora de Justiça Míriam Villamil Balestro Floriano, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 22 de agosto de 2011, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades no atendimento aos cidadãos na linha de ônibus Caldre Fião, em especial quanto aos horários disponíveis e superlotação dos veículos.

**53) Peças de Informação nº 01128.00164/2011**, instauradas pela Promotora de Justiça Míriam Villamil Balestro Floriano, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 19 de outubro de 2011, com a finalidade de averiguar horários e disponibilidade de ônibus adaptados para pessoas com deficiência que circulam na Avenida Azenha.

**54) Peças de Informação nº 01128.00167/2011**, instauradas pela Promotora de Justiça Míriam Villamil Balestro Floriano, da **Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**, em 21 de outubro de 2011, com a finalidade de investigar suposta precariedade na prestação de serviços por parte da Superintendência dos Serviços Penitenciários – SU-



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de março de 2012.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 892

SEPE.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 13 de março de 2012.

**ALCEU SCHOELLER DE MORAES**,

Promotor de Justiça, Coordenador,

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO**  
**PROCESSO Nº PR.01358.00093/2009-0**

**PARTES:** Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a empresa SAFE Estacionamentos & Garagens de Veículos LTDA. **OBJETO:** viabilizar a distribuição de selos Ada empresa SAFE PARK, SITUADA NA Rua Cel. FERNANDO machado, nº860, Porto Alegre, RS, para desconto n valor da estadia dos veículos dos membros e servidores do Ministério Público que frequentemente reuniões, cursos ou treinamentos realizados nas dependências do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, situado na Rua Cel. Fernando Machado, nº 832, Porto Alegre, RS. **PRAZO:** um ano. **DATA DA PUBLICAÇÃO NO DEMP:** 15/03/2012

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 14 de março de 2012.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**SÚMULA DO TERMO DE COOPERAÇÃO**  
**PROCESSO Nº PR.00001.00195/2012-0**

**PARTES:** Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Companhia RioGrandense de Saneamento – CORSAN, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM e o Instituto RioGrandense do Arroz - IRGA. **OBJETO:** a atuação conjunta entre os partícipes, para o desenvolvimento de ações e tomada de providências jurídicas e administrativas, no intuito de dar uma melhor destinação e utilização de águas provenientes das Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs) da Companhia Riograndense de saneamento – CORSAN, para a reutilização direta na orzicultura, no âmbito da Política nacional de Recursos Hídricos – Lei Federal 9.433/97, bem como sistema estadual de Recursos Hídricos – Lei estadual 10.350/94 **PRAZO:** cinco anos. **DATA DA PUBLICAÇÃO NO DEMP:** 15/03/2012

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 14 de março de 2012.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**SÚMULA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**  
**PROCESSO Nº PR.01365.00329/2011-5**

**PARTES:** Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Ministério Público do Estado DE Goiás. **OBJETO:** estabelecimento de cooperação técnica na área de inteligência, a ser devolvida através de cessão e aprimoramento do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – SGED, ferramenta especializada em gerenciamento de casos, visando promover maior qualidade, segurança, rapidez e celeridade no processo de eletrônico de documentos – SGED – e da ferramenta HIDR, repassando reciprocamente as atualizações das ferramentas objetos deste convênio. **PRAZO:** indeterminado. **DATA DA PUBLICAÇÃO NO DEMP:** 15/03/2012

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 14 de março de 2012.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**SÚMULA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO**  
**PROCESSO Nº PR.00956.00629/2010-7**

**PARTES:** Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul **OBJETO:** A troca de informações e a realização de ações conjuntas para fins de investigar irregularidades praticadas em relação ao exercício da profissão contábil, mormente no que pretine à emissão de Declarações Comprobatórias de percepção de rendimentos - DECORES, que, utilizadas para a prática de crimes, apresentem irregularidades quanto à habilitação legal de eminente ou quanto à veracidade dos valores declarados. **PRAZO:** cinco anos. **DATA DA PUBLICAÇÃO NO DEMP:** 15/03/2012

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 14 de março de 2012.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.